

**DO CAFEZINHO À FEIJOADA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA PROMOÇÃO
DA IGUALDADE RACIAL NA ESCOLA ESTADUAL EDNA MAY CARDOSO –
SANTA MARIA/RS**

**FROM COFFEE TO BEAN STEW: EDUCATIONAL PRACTICES FOR RACE
EQUALITY PROMOTION IN EDNA MAY CARDOSO STATE SCHOOL – SANTA
MARIA/RS**

Gilvan Silveira Moraes¹
Júlio Ricardo Quevedo Santos²

RESUMO: “Do Cafezinho à Feijoada: Práticas pedagógicas para promoção da Igualdade Racial na Escola Edna May Cardoso” é o resultado de pesquisas bibliográficas, documentais e orais desenvolvidas durante os anos de 2012 e 2013. Buscou-se analisar, discutir e retomar o processo de implementação da Lei n. 10639/3 e da criação da Semana da Consciência Negra na escola, Santa Maria – RS, a partir das práticas pedagógicas que as educadoras e os educadores presentes na escola, se utilizaram para a consolidação e aplicação da Lei. Utilizando-se da ferramenta de História Oral, foram realizadas 5 (cinco) entrevistas com diferentes educadoras da escola, cada uma atuando em uma distinta área de conhecimento, e buscando em seus discursos a proficuidade (ou não) da implementação da Lei, quais foram os principais pontos positivos (ou não) que a obrigatoriedade da Lei trouxe para a escola, e a partir da análise das práticas realizadas pelas educadoras, procuramos traçar um parâmetro sobre “O que é a Religiosidade Afro na Escola”. Encontramos discursos que iam além da questão da obrigatoriedade da lei, percebe-se a importância da discussão a respeito da Laicidade do Estado Brasileiro e a negligência com a qual as diversas Culturas Religiosas Afro-brasileiras são retratadas dentro da escola pública.

Palavras-Chave: Lei n. 10639/03 – Escola Edna May Cardoso – Laicidade do Estado – Culturas Afro-Religiosas.

ABSTRACT: “The coffee to feijoada: practices to promote educational racial equality in Edna May Cardoso School”, is the result of literature searches, documentary and oral developed during the years 2012 and 2013. We sought to analyze, discuss and resume the process of implementation of Law n. 10639/3 and the creation of the Black Awareness Week at the school, Santa Maria - RS, from the pedagogical practices that educators and teachers in the school, were used for the consolidation and application of the Law. Using the tool of Oral History, there were five (5) different interviews with school teachers, each working in a different area of expertise, and seeking in his speeches the usefulness (or not) the implementation of the Act, which were the main positives (or not) that the requirement of the Law brought to school, and from the analysis of the practices carried out by the teachers, we trace a parameter on “what is the Religion”. Found speeches that went beyond the question of enforcing Law, realizes the importance of the discussion of the Laity of the Brazilian State

¹ Mestrando do PPG História da Universidade Federal de Santa Maria; Bolsista da CAPES/DS; Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

² Doutor em História pela Universidade de São Paulo; Docente no PPG História, PPG Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) e PPG Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, ambos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); orientador de Gilvan Silveira Moraes.

and the neglect with which the various Afro-Brazilian Religious Culture are portrayed within the public school.

Key-words: Law n. 10639/03 – School Edna May Cardoso – Secular State – African Religious Cultures.

INTRODUÇÃO

“Do cafezinho à feijoada: Práticas pedagógicas para promoção da Igualdade Racial na Escola Edna May Cardoso”, parte de uma investigação científica que busca retomar, recuperar como se deram os processos para implementação da Lei 10639/03 no Colégio Estadual Professora Edna May Cardoso de Santa Maria – RS, situado no Conjunto Habitacional (COHAB) Fernando Ferrari, cujos moradores basicamente são servidores públicos. O artigo busca discutir a importância da inserção da cultura afro brasileira na escola e em especial a religiosidade afro-brasileira de matriz africana dentro do contexto escolar, não de modo proselitista, mas sim, enquanto viés para manutenção histórico-cultural da ascendência negra e também como subsídio para que o estudante adepto dos cultos, tenha ferramentas prático-intelectuais para defender-se frente à intolerância religiosa, e assim aumentar a autoestima do povo negro, em especial do povo negro-afro religioso. Para tanto buscamos levar nossa discussão para além da Escola Edna May, percorrendo a Lei n. 10639/03, a cultura afro-religiosa na escola e chegando à laicidade do Estado.

Neste artigo busca-se retomar o processo de implementação da Lei n. 10639/03 no Colégio Estadual Professora Edna May Cardoso, para isso, buscamos refletir sobre como ocorreu a promulgação da Lei, percorremos um pouco a História da criação do próprio Colégio Edna May, os processos de criação e implementação da Semana da Consciência Negra da escola e analisamos o discurso de cinco professoras, buscando em seus discursos, perceber a proficuidade da Lei n. 10639/03, a discussão de Religiosidade e o conceito de Laicidade do Estado para as professoras.

A LEI 10639/03: UMA NOVA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE ENSINAR

Assim como o preconceito, a intolerância³ e a discriminação fizeram e ainda fazem parte da História do Brasil, junto com eles, sempre estiveram presentes também, mesmo que de maneira sucinta, a resistência e o combate às forças opressoras⁴ daqueles que sofreram (e ainda sofrem) as mazelas de carregar em sua própria cor de pele o estigma de sua raça. Os protagonistas destas resistências em sua grande maioria são pessoas que de alguma maneira

³ Em nosso trabalho usaremos Intolerância Religiosa a partir de Santos (2010), como o ato de repudiar o outro através de atos físicos/verbais/intuitivos pela sua religiosidade.

⁴ Neste trabalho forças opressoras serão utilizadas no sentido de um grupo que exercem um poder simbólico/real frente a outro grupo.

apropriam-se da causa, seja por gosto pessoal, por sofrerem com a discriminação ou por perceberem a importância de uma sociedade mais justa.

Quando falamos em resistência, nos referimos ao âmbito da resistência cultural (neste trabalho é o que iremos focar, não desvalorizando todos os demais tipos de resistência) que manteve e mantém viva a cultura, tradição e religiosidade afro-brasileira. Essa resistência ocorre nas mais diversas formas: através da manutenção de rodas de capoeira, preservação e proliferação dos cultos afro-brasileiros de matrizes africanas em sua língua nativa, saberes rituais tradicionais, através de expressões culturais como rodas de samba, clubes sociais negros e demais atividades lúdico culturais, porém, a resistência também se dá quando entramos no âmbito da educação. A educação pode e deve ser um meio de resistência e propagação da cultura negra, fruto disso é a Lei 10639 do ano de 2003, que é um complemento à *Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)* n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A Lei n. 10639/03 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96) e pode ser considerada uma reivindicação do Movimento Negro e de organismos da sociedade civil, de educadores e intelectuais comprometidos com a luta antirracista. Pode também ser entendida como uma resposta do Estado às demandas em prol de uma educação democrática, que considere o direito à diversidade étnico-racial como um dos pilares pedagógicos do País, especialmente quando se consideram a promoção significativa de negros na composição da população brasileira e o discurso social que apela para a riqueza dessa presença (GOMES, 2012, p. 19).

Ao analisarmos o contexto da época vemos que o Brasil governado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso⁵ (FHC), estava imerso em uma onda de “neoliberalismo” pautada na privatização de várias empresas estatais como a Vale do Rio Doce, a Telebrás e o Banespa. Essas profundas transformações que o país estava passando não eram apenas econômicas, mas sim, também sociais, e políticas. O governo FHC conseguiu alcançar um de seus objetivos que foi o controle da inflação, porém, a distribuição de renda no Brasil continuava desigual, o que acalorava os ânimos das camadas mais baixas da população que não se viam contempladas nos 8 anos de governo do presidente. A LDB vem ao encontro desses anseios

⁵ O Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, teve seu mandato exercido dos anos de 1995 a 2002. Foi o primeiro presidente da república e ser eleito duas vezes consecutivas. Uma das principais características de seu governo foi à implantação do Plano Real, que consistia dentre tantos outros fatores, na estabilização da economia a partir da paridade da moeda brasileira (o Real) com o dólar. Tal atitude animou os empresários e a população da época impulsionando o consumo interno. Fonte: <http://www.brasile scola.com/historiab/governo-fernando-henrique-cardoso.htm>

nacionais, num sentido de adequar o ensino segundo essas novas concepções que surgiam, ou seja, de colocar em voga os grupos que até então não estavam sendo representados naquele governo (vide o fato da desigual distribuição de renda, favorecer as camadas mais elevadas da sociedade brasileira). Segundo Andreilisa Mello (2008) “de forma genérica, essa lei define como fins da educação nacional a igualdade, a liberdade, o pluralismo e a tolerância”. Porém por mais que a LDB tenha sido criada e modificada, não existiam mecanismos profícuos o suficiente, que garantissem sua funcionalidade.

Vários movimentos sociais estavam (e ainda estão) atentos às movimentações políticas que estavam acontecendo, um deles era o Movimento Negro Brasileiro. O qual sempre foi vigilante desde 1988, com a promulgação da Constituição Cidadã, e esteve muito presente e atento a todas as movimentações político-educacionais brasileiras. Tendo surgido após a redemocratização mundial pós-segunda Guerra, o Movimento Negro é na realidade o reflexo dos diversos movimentos sociais negros, existentes desde o processo da emancipação escrava no Brasil, de 1888.

Mas não é nossa intenção adentrarmos a história de formação do MNB, mas sim, a influência que este teve sobre a LDB n. 9394/96 que não conseguia cumprir devidamente seu papel com a população afro-brasileira. Por mais que a LDB trouxesse a tona temas como combate a intolerância e ao preconceito, seus mecanismos de funcionamento na prática, não garantiam que suas práticas fossem efetivadas. Tomando ciência da pouca efetividade da LDB, diversos movimentos sociais (o que inclui o Movimento Negro) iniciaram cobranças aos políticos que promulgaram a lei, além de uma série de debates país a fora sobre a pouca eficiência.

A conferência de Durban⁶ em 31 de agosto de 2001 na África do Sul trouxe para o mundo, em especial ao Brasil, uma grande efervescência sobre a causa negra, em especial sobre o combate ao preconceito étnico racial. Tal conferência influenciou de maneira muito positiva os movimentos sociais, pois proporcionou a eles uma referência em âmbito de discussão e comprometimento com a causa do combate ao preconceito. Porém, as teses apresentadas em Durban influenciaram de modo muito particular o governo do Presidente

⁶ No ano de 2001 em Durban, África do Sul, ocorreu a I Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância. A conferência aconteceu entre os dias 31 de Agosto e 8 de Setembro daquele ano, onde 173 países, 4 mil organizações não governamentais (ONGs) e um total de mais de 16 mil participantes discutiram temas considerados urgentes e polêmicos, no caso, todas as formas de preconceito étnico-racial. O Brasil estava presente em Durban, com 42 delegados e cinco assessores técnicos. Fonte: <http://www.palmares.gov.br/2011/08/conferencia-de-durban-completa-10-anos/>.

Luiz Inácio Lula da Silva⁷ do Partido dos Trabalhadores (PT) que estava em ascensão ao poder, e que após inúmeras negociações com os movimentos sociais e fortemente influenciados pela conferência, teve como um dos seus primeiros atos presidenciais em 09 de Janeiro de 2003, a promulgação da Lei n. 10639, que propõe “Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o Ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira”.

A implementação da Lei n. 10639/03 foi e é, uma medida essencial no combate ao preconceito étnico racial, na construção da identidade e auto valorização/afirmação/criação de uma consciência negra. O que não podemos deixar de frisar é que, não basta apenas que a lei seja implantada, mas sim, que ela seja efetivamente cumprida. O professor (sobre tudo o de História, mas isso não significa a negligência das demais áreas de conhecimento, mas citamos a sobrecarga sobre a disciplina de História) é uma peça chave nessa construção social da identidade negra, e principalmente é ele o fomentador da cultura e o desarticulador do preconceito, pois acreditamos que é papel do professor mostrar os subsídios necessários para que o estudante negro se aproprie da sua cultura ancestral, e assim com suas próprias concepções, cria a sua consciência do que é ser negro.

Ao tomarmos a África/História e Cultura Afro brasileira como temática de nosso estudo, contribuimos de certa forma, para a construção de políticas afirmativas no meio acadêmico esperando que os seus reflexos possam ser percebidos, a curto e médio prazo, nas atividades implementadas em espaços educativos. Ao trazer essa temática para o universo das discussões, acreditamos abrir e ampliar possibilidades interdisciplinares de promoção da igualdade, autonomia, diálogos interculturais, valorização da diversidade e construção da consciência histórica (ROCHA, 2013, p. 185).

Quando falamos em História Africana e História e Cultura Afro-brasileira estamos trazendo para sala de aula 500 anos de uma história negligenciada e silenciada, e assim, estamos rompendo com o olhar euro centrista que nossos currículos escolares estão abarrotados. É papel das Universidades formar profissionais capacitados para fomentar no ambiente escolar essa discussão, mas principalmente cabe ao professor tomar consciência de seu papel fundamental na desconstrução do preconceito.

⁷ O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, teve seu mandato exercido dos anos de 2003 a 2010. A eleição do Presidente Lula marca à subida ao poder de um ex operário, chegando ao cargo mais importante do país. As principais características do Governo Lula são: combate a desigualdade social, manutenção da estabilidade econômica e redução da pobreza. Fonte: <http://www.brasilecola.com/historiab/governo-luis-inacio-lula-da-silva.htm>.

O CASO DO COLÉGIO EDNA MAY CARDOSO: DA INVISIBILIDADE À VISIBILIDADE

Sabemos que a Lei n. 10639/03 vem tentar suprir um silenciamento no que se refere às questões da História e Cultura Afro-brasileira. Neste ano (2013) em que a Lei completa 10 anos desde sua implementação, ainda são pouco expressivos os dados alusivos às práticas pedagógicas e ações efetivas desde a promulgação da Lei, porém no ano de 2010, tivemos a oportunidade de inserção através um projeto de iniciação à docência no Colégio Estadual Professora Edna May Cardoso, mas usualmente conhecido como Escola Edna May pela comunidade escolar, é uma escola periférica localizada na Rua 9, Quadra 8 da COHAB Fernando Ferrari, cidade de Santa Maria interior do Rio Grande do Sul, onde existe uma grande percentagem de população afrodescendente.

Lá chegando percebemos que a referida escola realizava desde 2003 práticas de cunho interdisciplinar com a temática Afro-brasileira. Ao nos depararmos com esses fatos, iniciou-se um processo de compreensão e busca por informação a respeito dos “porquês” desse pioneirismo no cumprimento da Lei, iniciava-se assim nosso trabalho. Nossa pesquisa fará o recorte temporal das práticas realizadas dos anos de 2003 a 2012, e possui como técnicas de pesquisa, o uso História Oral através de entrevistas abertas semiestruturadas, da observação participante, além do recurso da análise de fontes documentais (como registros pessoais e grade de conteúdos abordados em sala de aula).

Conforme estabelecíamos uma rotina de presença na escola e interagíamos com seus funcionários, professores e estudantes percebíamos o quanto o Colégio Edna May estava inserido na temática afro brasileira. Podemos dizer que na cidade de Santa Maria, o Colégio Estadual Professora Edna May Cardoso, foi uma das primeiras escolas a efetivamente iniciar os processos de implementação da Lei n. 10639/03, já que no próprio ano de 2003 iniciavam-se através de duas professoras da área de História e Filosofia, as primeiras ações para promoção da igualdade racial na escola.

O Colégio Estadual Professora Edna May Cardoso, tem hoje oficialmente 31 anos de existência. Segundo Louise Spencer (2010), no ano de 1982 os moradores da COHAB Fernando Ferrari (localidade onde a escola está situada) iniciaram um movimento para que seus filhos tivessem um local mais próximo a sua moradia para poderem estudar, assim em 10 de dezembro de 1982 obtiveram o decreto n. 30.984 para que se iniciasse a construção da escola, que inicialmente era uma extensão da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Professora

Margarida Lopes⁸. Comunidade e direção da escola, logo após o decreto iniciam a construção das primeiras salas de aula, porém antes do término das construções, um forte temporal derrubou as fundações iniciais da futura escola. O reestabelecimento das atividades se deu no mês de abril do ano de 1986, quando após o esforço coletivo da comunidade, construíram-se 4 salas de aula, onde funcionavam turmas de 4ª à 7ª série inicialmente e mais tarde turmas de 1ª à 3ª série, da então Escola Estadual de 1º e 2º Graus Professora Margarida Lopes – Extensão COHAB. As atividades da escola foram novamente interrompidas em Julho de 1987, quando novamente um forte vendaval derrubou as instalações do prédio. Através do Projeto Nova Escola, no ano de 1990 a escola volta a funcionar construída em um novo prédio nos moldes atuais, e

no dia 18/03/1991 com a Portaria de autorização e funcionamento de denominação nº 353 e PARECER nº 219/91, passa a existir Escola Estadual de 1º Grau Professora Edna May Cardoso, não pertencendo mais como extensão da Escola Estadual Professora Margarida Lopes (SPENCER, 2010, p. 2).

Quando falamos em “Escola Edna May” necessariamente falamos também em Neda Maria Diogo Cavalheiro, graduada em História e especialista em História do Brasil, mas principalmente, é a professora mais antiga da escola ainda em exercício. A professora atua no Colégio Estadual Professora Edna May Cardoso desde o ano de 1986, quando ingressou como professora e já atuou como professora do ensino infantil, fundamental, médio, educação do campo e esteve em cargos diretivos da escola.

Sandra Isabel da Silva Fontoura é graduada em Filosofia, especialista em Pensamento Político Brasileiro e mestre em Ciência Política. Sandra ingressou no Colégio Estadual Professora Edna May Cardoso no ano de 2002 e já atuou com ensino fundamental, ensino médio, educação do campo, educação popular e atualmente possui um cargo diretivo na escola.

Mas qual a relação existente entre essas duas professoras e a Lei 10639/03? Qual sua importância frente às práticas pedagógicas para promoção da igualdade racial? Ambos os questionamentos confundem-se com nosso trabalho. Temos por objetivo principal analisar quais foram os processos e as metodologias utilizadas pelos educadores e educadoras da escola, para implementação da Lei n. 10639/03, e para, além disso, ressaltarmos a importância

⁸ Escola Estadual Professora Margarida Lopes. Rua Gonçalves Ledo 565 – Camobi Santa Maria - RS CEP: 97110-320.

da cultura, mas principalmente da religiosidade afro-sul-rio-grandense dentro da escola, como meio de construção identitária para o afrodescendente que é adepto dos cultos e não se vê contemplado dentro de um espaço escolar hegemonicamente cristão, criando assim mecanismos para autoafirmação e defesa frente ao preconceito e intolerância religiosa, além de buscar discutirmos o quanto a inserção da religiosidade afro, afeta ou não a laicidade do Estado.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Mas afinal o que são Práticas Pedagógicas para Promoção da Igualdade Racial? Responderemos a essa questão baseados em Nilma Gomes:

Dependem necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para as aprendizagens. São ações por meio das quais todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores(as), precisam sentir-se valorizados e apoiados. Dependem também de maneira decisiva da reeducação das relações entre negros e brancos, o que se está designando como relações étnico-raciais. [...] Questionam relações baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual. São práticas de reconhecimento (GOMES, 2012, p. 30).

Quando falamos em Práticas Pedagógicas para Promoção da Igualdade racial, nos referimos a todas as atividades desenvolvidas no ambiente escolar que visem de alguma maneira a quebra de preconceitos, a construção da identidade e elevação da autoestima negra.

Ao iniciarmos nossas pesquisas, pudemos perceber que as ações em prol da igualdade racial já se faziam presentes no contexto do Colégio Edna May, porém foi a partir de 2003 que as atividades se intensificaram. Em uma das entrevistas realizadas com a professora Neda Cavalheiro, nos foi revelado que o tema das Africanidades⁹ sempre esteve presente em sua sala de aula, pois ela nos conta que vem de uma família de origem mestiça, e que para ela o ensino em prol da diversidade sempre foi fundamental, porém foi no ano de 2002, quando a professora Sandra Fontoura ingressou na escola, somando forças aos seus anseios educacionais, que as ações em prol da consciência negra ganharam um maior respaldo.

⁹ Africanidades em nosso trabalho será o termo utilizado para englobar todos os assuntos ligados ao negro, tratando-se de História, Gastronomia, Religiosidade, Musicalidade, Cultura, Política e demais assuntos que tenham como tema central o povo afro descendente e africano.

O ano de 2003 que marca a implantação da Lei n. 10639 traz a tona questões que até então ganhavam pouco, ou quase nenhum respaldo dentro das escolas. No Colégio Edna May já ocorria algumas intervenções a respeito da História e cultura afro-brasileira no conteúdo de História de maneira singela¹⁰, já que os demais professores não disponibilizavam em suas disciplinas em espaço/tempo para a problematização do tema, porém com advento da Lei e a sua obrigatoriedade, a temática ganha o espaço que até então não possuía.

Baseadas em princípios educacionais que visavam a inclusão social, a igualdade racial e a democratização dos saberes, parte da iniciativa das professoras Sandra Fontoura e Neda Cavalheiro, a ideia de colocar em prática atividades que exaltassem a Cultura e a História africana e afro-brasileira, juntamente com atividades que desmistificassem a religiosidade afro-brasileira de matriz africana e também ações que visassem uma educação antirracista, e naquele momento, respaldadas pela Lei n. 10639/03, elas tiveram a oportunidade de iniciar um processo educacional inovador e pioneiro na cidade de Santa Maria, que mais tarde ganharia tamanha visibilidade, chegando a fazer parte das atividades municipais alusivas a Semana Municipal da Consciência Negra¹¹.

Durante o ano de 2003, conforme o relato da docente Neda Cavalheiro teve início um processo diferenciado de ensino: As professoras Sandra e Neda além do conteúdo pré-estabelecido pela disciplina de História, aos poucos buscaram inserir atividades, reflexões e debates que de alguma maneira fizessem menção às Africanidades. Como o exemplo dessa inserção da temática negra, podemos citar as datas comemorativas. O Treze de Maio, onde se comemora a Abolição da Escravatura através da Lei Áurea de 1888, foi uma das datas onde as professoras oportunizaram uma discussão a respeito do negro na sociedade contemporânea e se apenas o término da escravidão foi suficiente para o fim da exploração da mão de obra negra¹². Mais tarde no mês de setembro novamente os alunos foram levados à reflexão sobre qual o papel do negro na Revolução Farroupilha¹³, já que, no Estado do Rio Grande do Sul, o dia 20 de Setembro é comemorado como o “Dia do Gaúcho”, então as professoras

¹⁰ Informação obtida através de entrevista com a professora Neda Maria Diogo Cavalheiro, 2013.

¹¹ No ano de 2013 se realizou a 25ª edição da Semana da Consciência Negra de Santa Maria. O evento conta com o apoio da Prefeitura Municipal da cidade, diversos órgãos e tem como um dos principais organizadores o Museu Comunitário Treze de Maio.

¹² As informações acima citadas foram coletadas através de entrevistas semi estruturadas.

¹³ A Revolução Farroupilha (1835-1845) ocorreu durante o período regencial do Império Brasileiro. Ela estava inserida em um contexto que tinha dentre tantos outros fatores, a articulação dos estancieiros gaúchos contra os altos impostos e o descaso das autoridades imperiais frente às reivindicações de apoio ao monopólio do charque gaúcho frente ao mercado nacional. Fonte: <http://www.brasilecola.com/historiab/revolucao-farroupilha.htm>.

problematizaram a discussão a respeito dos Lanceiros Negros, agentes históricos afro-brasileiros que tiveram uma participação fundamental na luta contra o Governo Imperial do Brasil, e que são pouco conhecidos/valorizados dentro do próprio Estado do Rio Grande do Sul.

Utilizando essas inserções no currículo, aos poucos os conteúdos com enfoque negro, foram ganhando espaço dentro do Colégio, o que culminou no mês de novembro. O mês da Consciência Negra, mais especificamente o dia 20 de novembro¹⁴, data em que Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares faleceu, tornou-se o marco da luta pela igualdade racial e orgulho do povo negro.

No mês de novembro do ano de 2003, na semana em que se precedeu o dia 20 de novembro, que se intensificaram as práticas para promoção da igualdade racial na Escola Edna May. Nesta semana, foram realizadas diversas oficinas, palestras e trabalhos, que tinham na desconstrução do imaginário estudantil acerca da escravidão, preconceito e intolerância religiosa seu principal objetivo. Destacamos alguns trabalhos como: “Chiaroscuro”, uma técnica de pintura surgida na Itália, onde a sobreposição das cores branca e preta forma desenhos a partir dessa diferenciação.

Segundo Neda Cavalheiro, esse trabalho feito com estudantes das séries iniciais servia como alegoria para mostrar o quanto a mistura, e a convivência dos diferentes (branco e preto) podem se tornar lindas pinturas, ou seja, é uma tentativa de quebra do preconceito étnico racial existente em nosso país. Outro trabalho que destacamos foi o das “Baianinhas” onde alguns desenhos de “baianas” foram levados aos estudantes, para que estes colorissem suas exuberantes roupas. O que se visava discutir é a desconstrução do estereótipo pelo qual os adeptos de religiões de matriz afro brasileiras têm. Tendo como objetivo a quebra de preconceito religioso, usando a aproximação e a sensibilização dos estudantes através da pintura dos desenhos das baianinhas, gravuras de típicas baianas vestidas em traje cerimonial afro-religioso coloridas pelos estudantes com lápis de cor e demais materiais, buscou-se aproximá-los da cultura afro religiosa, iniciando assim um processo de rompimento com a intolerância religiosa, pois para as professoras, a aproximação e o conhecimento da cultura auxiliaram no rompimento com o preconceito.

¹⁴ Conquista do Movimento Negro Brasileiro, que utilizou da simbologia da data como marco de resistência, e que no ano de 2011 tornou-se oficialmente o Dia da Consciência Negra, com a aprovação da Lei n. 12.519.

O ápice dessa semana inovadora na escola ocorre na quarta-feira, dia 19 de novembro de 2003. Na véspera do Dia da Consciência Negra, no turno da manhã, as professoras Sandra e Neda, com o auxílio da direção da escola e de alguns professores, organizam o que mais tarde, seria o marco fundamental da Semana da Consciência Negra da Escola Edna May: O Café com História Afro-brasileira. O Café com História Afro-brasileira, ou também denominado apenas de Café com História, foi (e ainda é, pois ele ainda acontece em todas as quartas-feiras precedentes à Semana da Consciência Negra) uma atividade envolvendo diversas turmas do turno da manhã. Nesse evento o salão da escola foi decorado com temas e cores que lembrassem a África, colocadas muitas peles, desenhos e pinturas (incluindo as com a técnica do Chiaroscuro feitas pelos próprios estudantes) que aludissem ao tema. Além da decoração foi oferecido um lanche diferenciado, com balas, bombons, pirulitos, bolachas e doces em geral, mas o mais importante: o Café.

O “cafezinho preto” foi oferecido aos estudantes¹⁵, pois ele se torna um elemento simbólico muito importante na trajetória negra no Brasil. O Café foi um dos principais produtos cultivados pelos escravos, sua cor é preta, sua alta popularidade entre os brasileiros e até mesmo por ele ser uma bebida ritual¹⁶ dentro dos cultos de matriz africana, dentre outros fatores levaram as professoras a escolher esta bebida como símbolo dessa inovadora atividade.

O resultado obtido após a realização do primeiro evento trouxe às professoras e direção da escola uma grande motivação para que o trabalho continuasse a ser feito, e assim aconteceu. Nos dois anos que se seguiram após o primeiro ano de realização do Café com História trouxeram uma grande visibilidade do projeto para toda a escola.

Nos anos de 2004 e 2005, trabalhos como “Poesia Africana”, “Lenda do Pai Quati” e o “Rap do Quilombo” trouxeram para toda a escola uma maior interação com o trabalho já realizado pelas professoras¹⁷. O Café com História seguia aumentando sua proporção, chegando a envolver todo o Ensino Médio do turno da manhã. Porém nestes anos um novo caráter tomou conta do evento: os próprios alunos começaram a se apropriar do espaço e iniciaram apresentações de trabalhos produzidos em sala de aula durante o Café com História.

¹⁵ Informações obtidas através de entrevista semiestruturada com a professora Neda Cavalheiro.

¹⁶ Algumas vertentes das Religiosidades Afro brasileiras de Matrizes Africanas, como por exemplo o Batuque – RS, associam o Café com o culto aos ancestrais pois o grão do café é um alimento do Orisá Sànpònná, divindade que detém os poderes sobre a Morte e os espíritos.

¹⁷ Informações obtidas através de entrevista semi estruturada com a Professora Neda Cavalheiro.

Como mais alguns professores inseriram-se no evento, os trabalhos realizados pré-semana da consciência negra, começaram a serem apresentados neste evento.

A partir de um levantamento das atividades relatadas pelas organizadoras Neda e Sandra, nos anos de 2003 a 2005, ocorreu no Colégio Edna May um movimento de consolidação projeto, no qual vemos a gradual aproximação alguns outros professores e direção da escola, que aos poucos, foram aderindo ao projeto e esse foi ganhando visibilidade dentro da própria comunidade escolar. Porém foi em 2006 que ocorreu uma das grandes transformações do evento: A Feijoada do Edna May.

O Café com História cresceu tanto dentro da comunidade da Escola Edna May, que apenas um dia de evento em um turno já não era mais suficiente para que todas as atividades desenvolvidas fossem contempladas. Criou-se então, a partir dessa necessidade, a Semana da Consciência Negra da Escola Edna May¹⁸.

Ressaltamos que, segundo uma das entrevistas feitas com Neda Cavalheiro, a Semana da Consciência Negra do Colégio Edna May Cardoso, ocorre na realidade, na semana precedente ao dia 20 de novembro.

Durante essa semana grande parte das turmas de toda a escola (entenda-se que nos referimos aos 3 turnos de funcionamento) desenvolvem atividades lúdico-pedagógicas que tem nas Africanidades seu eixo principal. A característica dessa semana é o trabalho desenvolvido por grande parte dos professores, mas com uma ênfase no trabalho da disciplina de História, que utilizam os seus períodos para desenvolverem atividades e trabalhos que liguem as Africanidades com a sua própria disciplina.

Neda ainda nos fala que, nesta semana, são produzidos enfeites para a escola, cartazes reflexivos a respeito das questões debatidas em sala de aula, ocorrem palestras e oficinas com alguns convidados externos, ou até mesmo pessoas ligadas à própria escola, que visam discutir questões pertinentes ao negro. Todas essas atividades ocorrem durante a semana, que na quarta-feira tem como atividade principal o Café com História. Contudo, a partir de 2006 com a criação da Feijoada, vemos que o ponto alto da Semana, desloca-se da quarta-feira para o sábado, onde ocorre a Feijoada.

A Feijoada do Edna May é o ponto alto da Semana da Consciência Negra, é o dia de culminância dos trabalhos realizados durante todo ano, mas principalmente durante aquela semana. Neste dia os estudantes chegam cedo, e participam de uma série de atividades

¹⁸ Informações obtidas através de entrevista com a professora Neda Cavalheiro.

voltadas à construção de valores positivos em relação à negritude e a uma educação antirracista. Vemos neste dia as mais variadas atividades, desde palestras sobre literatura africana e vivências com povos africanos até oficinas sobre a participação do negro no futebol. Os estudantes passam a manhã toda na escola, participando dessas atividades e expondo seus próprios trabalhos. Ao meio dia é servido um almoço com elementos de influência da gastronomia afro brasileira. A feijoada que é um prato genuinamente brasileiro é a base do almoço, que acompanha elementos variados como farofas, arroz e couve refogada. A intenção deste almoço é aproximar o estudante da cultura afro brasileira, mostrando a ele, que até mesmo em pratos típicos e cotidianos de nosso país, encontramos a importante contribuição do povo negro¹⁹.

Dos anos de 2006 a 2008 a Semana da Consciência Negra do Colégio Edna May Cardoso cresceu de maneira positiva. A participação da comunidade escolar foi fundamental para isso. Os pais começaram a tomar conhecimento do evento e cada vez mais auxiliavam a escola na realização das atividades.

No ano de 2007, inclusive ocorreu uma atividade onde os alunos necessitaram da ajuda de seus familiares ou responsáveis em uma pesquisa. A pesquisa (uma das ações pedagógicas que visava à valorização da família e comunidade negra através dos conhecimentos tradicionais) tinha por objetivo, que os estudantes buscassem em sua casa, através de questionários, perguntas ou entrevistas, traços da gastronomia negra que era utilizada em sua própria família. Essa atividade promoveu na escola uma maior interação entre família e o colégio, pois valorizava os saberes e os fazeres tradicionais que as famílias dos estudantes tinham²⁰.

Além desse respaldo com a própria comunidade escolar, a Semana da Consciência Negra e suas inúmeras atividades tomaram proporções que iriam além da comunidade da COHAB Fernando Ferrari. No ano de 2008 a professora Sandra Fontoura, que além do trabalho no Colégio Edna May, ministrava aulas na Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES), assumiu o cargo de Diretora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da faculdade acima citada, e juntamente com a professora Neda Cavalheiro, que integrava o NEAB-FAMES como colaboradora, conseguiram inserir a Feijoada do Edna May na programação da Semana Municipal da Consciência Negra de Santa Maria, pois o NEAB-

¹⁹ Informações obtidas através de entrevista com a professora Neda Cavalheiro.

²⁰ Informações obtidas através de entrevista com a professora Neda Cavalheiro.

FAMES era um dos colaboradores para a realização das atividades municipais da Consciência Negra. Esse fato marca o ápice da visibilidade da Semana da Consciência Negra do Colégio Edna May.

Sandra Fontoura nos relata que dos anos de 2009 a 2012 intensificaram-se os trabalhos dentro da escola Edna May a respeito da negritude. O ano de 2009 trouxe para a escola, além dos diversos trabalhos realizados pelos professores e estudantes da escola, algumas participações de colaboradores externos à escola como marca principal deste ano. A Artista plástica Denise Xavier ministrou oficinas de construção de máscaras com o tema “A influência dos Orixás na formação da cultura brasileira”, problematizando a religiosidade afro-brasileira e buscando desconstruir o estigma que os adeptos dos cultos carregam. Jucineide Vaz dos Santos, acadêmica do curso de Letras da Faculdade Metodista de Santa Maria, ministrou a oficina “Na batida dos tambores o amor à poesia negra” que visava à valorização do intelectual negro na história brasileira e a construção de um referencial positivo para os estudantes afrodescendentes.

A partir do ano de 2010 até o ano de 2012 iniciaram-se no Colégio Edna May 2 projetos que viriam a contribuir de maneira muito profícua com a Semana da Consciência Negra, eram eles o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)-História e o PIBID-Filosofia, ambos ligados à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O PIBID é um programa governamental que visa incentivar os graduandos dos cursos de licenciatura a seguirem na carreira escolar, além de proporcionar aos estudantes um contato inicial com a realidade escolar antes da realização dos estágios curriculares obrigatórios. Os PIBIDs têm por característica de trabalho a preparação e aplicação de oficinas com os estudantes, dos Ensinos Fundamental e Médio. A oficina oportuniza, segundo Vieira,

Um novo tipo de comunicação entre professores e alunos. É formada uma equipe de trabalho, onde cada um contribui com sua experiência. O professor é dirigente, mas também aprendiz. Cabe a ele diagnosticar o que cada participante sabe e promover o ir além do imediato (VIEIRA et al., 2002, p. 17).

O que queremos ressaltar é a importância que esse grupo de acadêmicos teve para a para a Semana da Consciência Negra do Colégio Edna May. Supervisionados pelas professoras Neda e Sandra, os PIBIDs trouxeram para a escola novas abordagens a respeito do estudo das Africanidades. Cada PIBID teve fundamental importância na execução de oficinas,

palestras, intervenções e até mesmo na confecção dos alimentos servidos durante a Feijoada do Edna May.

Dentre tantas oficinas realizadas pelos acadêmicos integrantes do PIBID História e Filosofia, nós destacamos 5 oficinas que consideramos terem contribuído com a Semana da Consciência Negra do Edna May: Oficina de Produção Textual, ministrada pelos acadêmicos do curso de Filosofia, onde os estudantes tinham a oportunidade de a partir dos debates realizados a respeito de sua percepção sobre “o que é ser negro”, construir textos que expressassem a si mesmos e suas visões a esse respeito. Oficina de Stencil ministrada pelos acadêmicos do curso de Filosofia, que buscava através da linguagem do Stencil ²¹ problematizar questões contemporâneas pertinentes as temáticas do cotidiano e sala de aula. Oficina Mesa dos Orixás: ministrada por acadêmicos do curso de História, que visava à desmistificação das religiões afro-brasileiras de matrizes africanas, trazendo para dentro do ambiente escolar os alimentos rituais típicos das religiosidades afro; visando assim, a partir da degustação gastronômica a sensibilização dos estudantes para com os adeptos dos cultos afro além da discussão de questões como sincretismo religioso, espaço público e demonização dos cultos afro.

Outra Oficina “O Negro no Futebol”: ministrada por acadêmicos do curso de História mostrando a relação e a importância da contribuição negra com o esporte nacional e mundial, criando assim um referencial positivo frente aos afrodescendentes. A Oficina de “Bonecas Abayomis” ministrada por acadêmicos do curso de História, mostrava como a partir de retalhos de tecido, a artista negra maranhense Lena Martins²² criou bonecas negras e sua ideia espalhou-se pelo Brasil através de seus cursos, e isso ajudou muitas famílias negras e não negras, como uma fonte extra de renda, tendo assim, como objetivo da oficina, a valorização dos saberes e fazeres negros.

Além da participação dos acadêmicos da UFSM, nos anos de 2010 a 2012, outros participantes contribuíram para a construção da Semana da Consciência Negra. No ano de 2010, a Professora Mestra em Ciências Sociais, negra Maria Rita Py Dutra palestrou sobre a participação do negro na literatura, e como essa, ajudou a criar de maneira negativa um estereótipo negativo frente aos afrodescendentes, além da importância do conhecimento e

²¹ Stencil é uma técnica de reprodução de imagem utilizando tinta aplicada sobre uma superfície através de uma lâmina recortada nos moldes desejados.

²² Fonte: <http://ceafro.blogspot.com.br/2010/11/bonecas-negras-artesanais-abayomi.html>

propagação dos novos autores e livros que além do enfoque positivo, valorizam a cultura negra e sua importância para o estudante afrodescendente.

No ano de 2011 a Doutoranda em Comunicação pela UFSM, negra Giane Vargas Escobar ministrou a oficina “Caixa de Memória”, onde problematizou com os estudantes a valorização e salvaguarda do patrimônio material e imaterial da cultura negra, além do cuidado e preservação dos saberes e fazeres negros, essenciais para a manutenção da cultura negra. Em 2012 o Diretor teatral e Mestrando em Artes Visuais, negro Marcos Caye levou à escola um fragmento da peça teatral “A Guerra dos Santos”, baseada na obra “O sumiço da Santa” do escritor baiano Jorge Amado, que problematizava a demonização das religiões afro brasileiras de matrizes africanas e o sincretismo religioso²³.

Não iremos retratar neste trabalho, as atividades ocorridas na Semana da Consciência Negra do ano de 2013. Acreditamos que para termos um maior domínio a respeito de tais ações, necessitamos de um determinado tempo para realizarmos a devida análise, por isso nosso recorte temporal das atividades se deu dos anos de 2003 a 2012.

De modo sucinto relatamos o quanto uma iniciativa de duas professoras ganhou espaço e reconhecimento frente não só à sua comunidade escolar/escola, mas também, uma valorização em âmbito municipal.

Porém, para que essas ações em prol da igualdade racial, combate a intolerância religiosa e a busca por uma educação antirracista chegassem no patamar onde elas chegaram, não foram poucos os empecilhos enfrentados.

RESISTÊNCIA FRENTE ÀS AFRICANIDADES

Não é uma tarefa fácil romper com as ideologias colonialistas que perduraram de mais de 300 anos de escravidão e educação eurocêntrica. Os resquícios do preconceito nas ideias preconcebidas a respeito da cultura e aspectos das demais contribuições que a escravidão trouxe do continente africano para o Brasil, ainda causam algum desconforto à nossa sociedade que tem como padrão um modelo europeu de civilização.

Entre tantos outros fatores, cabe à Educação ser uma ferramenta no combate a ideias e concepções que desvalorizam e negligenciam a cultura negra e sua influência.

Porém, é necessário que, na educação, a discussão teórica e conceitual sobre a questão racial esteja acompanhada da adoção de práticas concretas. Julgo

²³ Informações obtidas através de entrevista com a professora Neda Cavalheiro.

que seria interessante se pudéssemos construir experiências de formação em que os professores pudessem vivenciar, analisar e propor estratégias de intervenção que tenham na valorização da cultura negra e a eliminação de práticas racistas o foco principal. Dessa forma, o entendimento dos conceitos estaria associado às experiências concretas, possibilitando uma mudança de valores. Por isso, o contrato com a comunidade negra, com os grupos culturais e religiosos que estão ao nosso redor, é importante, pois uma coisa é dizer, de longe, que se respeita o outro, e outra coisa é mostrar esse respeito na convivência humana, é estar cara a cara com os limites que o outro me impõe, é saber relacionar, negociar, resolver conflitos, mudar valores (GOMES, 2008, p. 145).

Porém, ao contrário do que disse Maria J. Silva (2008), nem todos os educadores estão dispostos a ampliar seus conceitos e a perceber de maneira positiva a cultura e a influência africana na sociedade brasileira. Não seria diferente no Colégio Edna May. Desde o ano de 2003 quando foi implementada a Lei n. 10639, as Professoras Sandra e Neda tomaram a iniciativa de criar o Projeto do “Café com História”, e ao apresentarem a proposta para os (as) demais colegas do corpo docente da escola, houve alguma forma de resistência. No ano em que se iniciaram as atividades, uma das professoras foi totalmente contra a construção de uma atividade vinculada exclusivamente ao povo negro. Em entrevista Neda Cavalheiro lembra e revela:

[...] Havia uma colega, que era professora de Educação Artística que não queria que fosse feita a “Festa da Negritude”, ela queria fosse feita uma festa da negritude dentro das Etnias, e aí foi um embate bem sério com ela, por que a Lei é bem clara, pode-se fazer Festa das Etnias e trabalhar negritude dentro de etnias, mas tu tens que ter a data separada, e como a Lei é clara, aconteceu que vencemos né [...] (CAVALHEIRO, 2013).

Percebemos então, que a professora de Educação Artística “até” concordaria com uma festa onde houvesse a participação negra, o que ela não concorda é com o protagonismo negro que a festa exerceria. Além dos professores também ocorreu um estranhamento do tema em relação aos funcionários:

[...] Inclusive teve um ano, eu acho que foi 2008 que os alunos fizeram uma boneca negra com botinhas, e botaram o nome da boneca de certo funcionário, posteriormente esse funcionário se enraiveceu tanto que destruiu com a boneca, começamos uma investigação pra saber o que ocorreu, que destruíram com a boneca dos alunos, e ele disse que se sentiu humilhado, porque eles também não gostavam dele, aquilo era uma provocação [...] (Fontoura, 2013).

Podemos notar que as atividades traziam a tona um debate muito pertinente e que até então parecia não existir: a presença do racismo dentro da sociedade como um todo, mas em específico dentro do próprio ambiente escolar. Em uma das entrevistas, Sandra Fontoura nos revelou que o funcionário admitiu ter deprecado o boneco, pelo fato de o boneco ser negro, e como o funcionário também era, surgiram dentro da escola apelidos e insinuações, que aludiam o funcionário ao boneco, e como o funcionário sentiu-se humilhado, destruiu o boneco. Notamos que esse tipo de insinuação pejorativa ocorre, pois a cor da pele ainda é um estigma negativo frente à sociedade que valoriza os não negros e negligência os afrodescendentes, tornando à etnia negra um estigma. A desconstrução do preconceito se mostra de fundamental importância, quando percebemos que a comunidade escolar apresenta sinais de preconceito étnico racial. Os próprios estudantes demonstram, que por mais que estivessem sendo inseridos os debates referentes às Africanidades, o preconceito ainda se estava presente além do corpo docente:

[...] No segundo ano que foi 2004, os alunos da tarde, destruíram com um painel do Zumbi que eu e a Neda fizemos. Eles furaram os olhos do Zumbi num painel e no outro painel degolaram o Zumbi. Então novamente eles depreciaram a imagem do Zumbi e foi uma situação bem difícil [...] (FONTOURA, 2013).

Apesar das dificuldades e resistências, na visão das professoras Sandra e Neda, as inúmeras ações em prol da igualdade racial e visando o rompimento com o preconceito étnico, tem trazido resultados muito positivos desde que se iniciaram as atividades no ano de 2003, segundo Sandra Fontoura:

[...] A partir de 2009 não tivemos mais nenhum tipo de destruição dos nossos trabalhos, então isso é uma conquista, são coisas que ficaram, assim é incomparável os momentos que se produziu nessa semana, os Cafés com História Afro brasileira, os momentos lúdicos onde você tem um tema, tem as condições de troca de cultura e de saber com os alunos, mas não é uma aula programada e dá muito certo [...] (FONTOURA, 2013).

Porém, além do preconceito étnico racial, outro tipo de discriminação acontecia com as atividades alusivas a Semana da Consciência Negra do Colégio Edna May: a intolerância religiosa. Na verdade lutamos sempre pela liberdade religiosa definida na Constituição Brasileira de 1988. Foram inúmeras as tentativas por parte do corpo docente e discente de negligenciar atividades que de alguma maneira estivessem ligadas as religiões afro-brasileiras

de matrizes africanas²⁴. Quando falamos em preconceito étnico racial, notamos que ainda há uma preocupação das pessoas em negar sua existência, vemos que o preconceito manifesta-se de maneira velada, porém quando entramos no tocante dos cultos afro brasileiros, é visível a falta de conhecimento (e também a falta de vontade de conhecer), a demonização das religiosidades, o distanciamento e principalmente a intolerância religiosa²⁵. Entrevistamos para a construção deste trabalho, além das idealizadoras do projeto da Consciência Negra (Sandra e Neda), outras três professoras, cada uma delas trabalhando em uma área de atuação diferente no contexto escolar (uma professora atuando nas séries iniciais, um trabalhando com o ensino médio e uma professora de Educação Especial). Nos discursos destas três professoras, encontramos resistência à religiosidade. Obtivemos aprovação para publicação dos nomes reais das professoras, porém por acreditarmos não ser relevante, não os revelaremos, mas sim usaremos pseudônimos escolhidos aleatoriamente em seus lugares.

Ao analisarmos os discursos destas professoras, notamos que a parte pedagógica da Semana da Consciência Negra onde eram retratados os problemas sociais, preconceito étnico racial e a cultura de maneira geral não era vista como um “problema”. O problema estava quando falávamos em Religião. As professoras nos revelaram que para elas ali não era lugar para se mostrar ou discutir a religião “dos outros”, mas sim um lugar para “aprender” (no caso, referindo-se a escola). Esse distanciamento em relação às religiosidades mostra que para as professoras, por maior que seja o espaço aberto na escola para a discussão do tema da negritude, a religiosidade afro não encontra espaço algum para discussão. Temos aqui o depoimento da professora Neusa Lara²⁶ sobre as atividades ligadas à Religiosidade:

[...] A Lei ela tem muito isso, ela te impõe pensar em algumas coisas, mas no sentido de que isso seria bom, mas agente não pensa às vezes, será que isso é bom mesmo? Então essa imposição, ela é um tanto negativa, também outra questão é tu impor valores, tu impor cultura, que de repente não abstraiu ainda, tu não tem conhecimento, por exemplo, nós tivemos uma atividade que era focada pra Religião que foi o Candomblé, então houve ritual na escola, nós temos uma escola pública, escola pública ela é eclética, são várias religiões, deveríamos digamos ter um culto ecumênico, talvez, que agente faz com frequência isso, mas não no sentido de focar assim numa mobilização religiosa de uma única religião numa escola pública, isso eu não concordo [...] (LARA, 2013).

²⁴ Informações obtidas através de entrevista semi estruturada com a professora Neda Cavaleiro.

²⁵ Chegamos a esta conclusão baseados na análise das entrevistas realizadas com as 5 professoras entrevistadas na escola.

²⁶ Nome fictício para preservar a identidade da informante.

Podemos notar que existe um desconforto quando a professora Neusa Lara fala sobre a apresentação ocorrida na escola, que teve como tema central as religiões afro-brasileiras de matrizes africanas. A professora relata que mesmo que a apresentação tenha ocorrido em um evento de enaltecimento da cultura afrodescendente voltado para a comunidade escolar, ela se posiciona contra o ato:

[...]embora tenha ocorrido numa Semana da Consciência Negra, embora tenha sido pra mostrar, pra dar conhecimento, eu acho que foi até um tanto constrangedor porque os meninos diziam assim, as crianças:“Ai eu não vou ficar aqui porque é Batuque”, então eles não tinham conhecimento e isso de certa forma agrediu, por que não era a religião deles sabe, então parece que isso repercutiu de modo negativo quando foi trazido no sentido de mostrar como é que é, mas houve choque de cultura, a minha religião não é a mesma tua, então eu não aceitei, houvesse um desconhecimento, uma aversão ao que ocorreu, então isso eu acho que deve ser repensado [...] (LARA, 2013).

Como vemos a professora abertamente fala que o fato de haver a presença de um “outro culto” na escola, causa uma aversão. O que podemos notar neste discurso é que existe um grande distanciamento da fala feita pela professora em relação aos estudantes que são adeptos das religiosidades de matriz afro brasileiras. A professora afirma a sua própria religiosidade, que apesar de não ter sido revelada na fala, fica demonstrada quando ela diz “a minha religião não é a mesma tua, então eu não aceitei”, tornando a expressão religiosa alheia fonte de aversão. Outra professora, Margarete Braga²⁷, também demonstra em sua fala, o incômodo e o desconforto de trabalhar a religiosidade afro-brasileira na escola:

[...] Vou ser bem sincera, que algumas pessoas, algumas poucas se sentiram desconfortáveis porque notaram assim, que a coisa meio que puxou mais pro lado da religiosidade e não tanto pra questão do negro em si, mas pra questão da religião, e teve gente que se sentiu bem desconfortável com isso [...] Acho que é meio difícil, a questão da religião, por que tem pessoas que conseguem ser neutras e saber diferenciar, saber discutir com respeito e alguns não tem esse respeito, e deveriam ter e saber que religião é uma coisa que cada um tem a sua e tem que ser respeitada independente de você concordar ou não com ela, de você seguir ou não [...] (BRAGA, 2013).

Em ambos os discursos podemos notar que o professor tem nas religiosidades um distanciamento muito grande, mas para, além disso, ele demonstra não querer romper com esse distanciamento. A escola se torna um local para compreensão da cultura negra no que

²⁷ Nome fictício para proteger a identidade da informante.

tange à: Gastronomia, Música, Indumentária, Linguagem, Dança e etc., porém para a Religiosidade não se concede espaço algum.

Mas pensemos: As religiões afro-brasileiras de matrizes africanas têm em sua base ritual itens que contemplam todos os itens acima citados, e como sabemos, a religiosidade fez e faz parte da vida e do cotidiano do povo negro, tanto do contingente que veio para o Brasil de modo escravizado, como ainda hoje faz parte de uma parcela considerável da população negra e não negra, e está presente dentro da escola através de professores e estudantes adeptos dos cultos, então concluímos que, a religiosidade faz parte sim, da cultura afro brasileira.

O Rio Grande do Sul é o estado do Brasil com maior contingente percentual de adeptos de religiões afro brasileiras de matrizes africanas, segundo Ari Oro,

Quanto ao número de indivíduos que se declaram pertencentes às religiões afro brasileiras, chamou a atenção no recenseamento realizado pelo IBGE no ano 2000, o fato de o Rio Grande do Sul aparecer como o Estado brasileiro em que, em termos proporcionais, mais indivíduos disseram pertencer a essas religiões. Era, então, 1,62% da população gaúcha, contra 1,31% da população do Estado do Rio de Janeiro, que ocupava o segundo lugar. A Bahia aparecia somente com 0,08% da população que se declarou seguidora das religiões afro brasileiras. No Brasil como um todo, 0,3% da população se manifestou como pertencente ao segmento religioso afro brasileiro (Oro, 2012, p. 558).

Negligenciarmos ao estudante que é adepto dos cultos, o conhecimento a cerca de sua própria cultura é desvalorizar o próprio estudante. Analisando seus discursos, percebemos que as professoras utilizaram-se do argumento da laicidade do Estado, e assim, respectivamente da laicidade presente na escola pública, para a não discussão a respeito das religiosidades afro-brasileiras de matrizes africanas, pois, segunda seus argumentos não podemos focar “apenas uma religião”. Usando a Laicidade do Estado, as professoras encontram uma válvula de escape para silenciar o estudo da religiosidade de matriz africana. Mas o que é a Laicidade do Estado? E essa laicidade, é realmente contra a religiosidade afro, como viés para compreensão da história afro-brasileira e africana? A existência desta laicidade impede que estudemos as diversas matrizes religiosas dentro da escola? Não podemos estudar nenhuma religião na escola?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho pudemos perceber o quão importante é a cultura e a religiosidade afro-brasileira de matriz africana para nossa sociedade e cultura. Porém não acreditamos que nosso trabalho esteja terminado. Felizmente, existem ações pedagógicas de promoção da igualdade racial, que tentam romper com esse estereótipo negativo com o qual os negros ainda são vistos. Temos como exemplo o trabalho em prol da promoção da igualdade racial, feito no Colégio Estadual Professora Edna May Cardoso, onde através da iniciativa de duas professoras, iniciou-se um processo de debates frente à cultura e religiosidade afro-brasileira de matriz africana.

Para além do preconceito racial, percebemos que dentro dos espaços escolares existe outro fator que segrega o povo negro: a intolerância religiosa. Intolerância percebida não apenas na agressão física ou verbal, mas que também ganha corpo e perpetuação nos silêncios com os quais é velada e mantida. Silêncio este, que muitas vezes parte daqueles que deveriam ser os primeiros a posicionar-se contra qualquer tipo de expressão discriminatória, pois é o professor, um dos principais agentes formadores de opinião, e a omissão frente à atitudes de preconceito somente o reforça, porém, por medo, falta de conhecimento ou vontade, são condizentes com a situação. Como Barros (2012) nos fala “A (in) visibilidade do negro na sociedade resulta ora numa ausência de lugar, ora na presença de um lugar a partir do discurso do outro, braço e repressor”, ou seja, o professor não pode omitir-se frente a assuntos de tal importância em nossa sociedade, como é o caso a discriminação étnico-racial.

Percorremos a história e percebemos que por mais que sejam negligenciadas, as diversas expressões religiosas afro-brasileiras, são parte fundamental na construção do Brasil, país pluriétnico e pluricultural, cuja presença negra é de tamanha importância que suas influências enraízam-se na culinária, dança, religiosidade e formação étnica do povo. Com isso queremos trazer à tona a discussão da importância da inserção das Africanidades, em seus mais variados sentidos como ferramenta de combate ao preconceito étnico racial.

Em especial, enfocamos a Religiosidade, pois detectamos ser este, dentre todos os conteúdos pesquisados para a construção deste trabalho, o item mais negligenciado no que tange às Africanidades, e então percebemos que existe certo desconforto quando nas atividades alusivas à Semana da Consciência Negra o Colégio Edna May Cardoso, as professoras se deparam com as religiosidades afro brasileiras de matrizes africanas.

Quando propomos o estudo das diversas religiões brasileiras de matrizes africanas, destacamos o seu caráter cultural em nossa sociedade. Desta maneira, conseguimos distanciar o estudo da religião de um proselitismo religioso, o que iria de encontro com o caráter laico do Estado Brasileiro. Acreditamos ser o professor e particularmente o profissional em ensino de História, o grande condutor desse espetáculo que é a educação, mas um condutor não no sentido rígido e inflexível da palavra, mas sim, aquele que junto com o estudante, vai aos poucos mostrando caminhos e caminhando junto, rumo a uma educação antirracista e não excludente, haja vista, que nossas escolas públicas ainda são espaços hegemonicamente judaico-cristãos, espaço que por si só, já segregam aqueles cujas matrizes religiosas (ou não religiosas) diferem delas.

É com esperança que terminamos o artigo enaltecendo Cafezinhos e Feijoadas, pois acreditamos que por mais difíceis que sejam os caminhos para buscarmos uma sociedade justa e igualitária, onde o preconceito étnico racial faz parte somente de alguns livros didáticos de história, que não se desista desta causa, pois dentro de nossas escolas, a cada dia mais aparecem pequenos frutos, as nossas crianças na Educação Infantil, que necessitam serem embebidos pela energia vital de seu passado, e que estes frutos, que crescerão à sombra de sua árvore ancestral, tornem-se Baobás²⁸ do orgulho desse povo que fez e faz a história de nosso país.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. P. Construindo a auto-estima da criança negra. In: MUNANGA, K. (Org.) *Superando o racismo na escola*. Brasília. Ministério da Educação, 2008, p. 117-124.

BARROS, M. L. Narração de mitologias afro brasileiras na Educação Infantil: Possibilidades de atuação para uma aprendizagem democrática. *Revista da SPAGESP*. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 67-78, 2012.

Bonecas Negras Artesanais – Abayomi. Disponível em: <<http://ceafro.blogspot.com.br/2010/11/bonecas-negras-artesanais-abayomi.html>>. Acesso em: 28/12/2013.

BRAGA, Mara. *Mara Braga: depoimento* [jun.2013]. Entrevistador: G. Moraes. Santa Maria: UFSM, 2013. 1 áudio digital. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Graduação “Do cafezinho à feijoada: práticas pedagógicas para promoção da igualdade racial na Escola Edna May Cardoso”.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* – LDB Lei n. 9394/96. Ministério da Educação. 1996.

²⁸ Árvore africana considerada sagrada por diversas etnias. É conhecida como a “Árvore da Vida”.

BRASIL. *Lei n. 10639, de 9 de janeiro de 2003*. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. MEC/SECAD. 2005.

BRASIL. *Lei n. 12.519, de 10 de novembro de 2011*. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Congresso Nacional do Brasil. 2011.

BRASIL. *Nova redação do Art. 33 da Lei 9394/96. Lei n. 9475/97, de 22 de Julho de 1997*. Ministério da Educação e Cultura. Brasília: Diário Oficial da União, de 23 de julho de 1997, Seção I.

CAVALHEIRO, Neda. *Neda Maria Diogo Cavalheiro: depoimento* [jun.2013]. Entrevistador: G. Moraes. Santa Maria: UFSM, 2013. 1 áudio digital. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Graduação “Do cafezinho à feijoada: práticas pedagógicas para promoção da igualdade racial na Escola Edna May Cardoso”.

CUNHA, L. A. *Educação e Religiões: A descolonização religiosa da Escola Pública*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

DOMINGOS, M. Ensino Religioso e o Estado Laico: Uma lição de tolerância. *Revista de Estudos da Religião*. São Paulo, p. 45-70, 2009.

DOMIGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, n. 23, p. 100-122, 2007.

DUTRA, M. R. P. Movimento Social Negro. In: QUEVEDO, J; IOKOI, Z. M. G. (Org.) *Movimentos Sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização*. Santa Maria: MILA/UFSM, 2007, p. 292-302.

FONTOURA, Sandra. *Sandra Isabel da Silva Fontoura: depoimento* [set.2013]. Entrevistador: G. Moraes. Santa Maria: UFSM, 2013. 1 áudio digital. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Graduação “Do cafezinho à feijoada: práticas pedagógicas para promoção da igualdade racial na Escola Edna May Cardoso”.

GOMES, J. *Conferência de Durban completa 10 anos*. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/2011/08/conferencia-de-durban-completa-10-anos/>>. Acesso em: 20/11/2013.

GOMES, N. L. Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, 2008, p. 143-154.

GOMES, N. L. *Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei n. 10639/03*. Brasília: MEC; UNESCO, 2012.

LARA, N. *Neusa Maria Lara: depoimento* [jul.2013]. Entrevistador: G. Moraes. Santa Maria: UFSM, 2013. 1 áudio digital. Entrevista concedida ao Trabalho de Conclusão de Graduação “Do cafezinho à feijoada: práticas pedagógicas para promoção da igualdade racial na Escola Edna May Cardoso”.

MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

ORO, A. P. O atual campo afro-religioso gaúcho. *Revista Civitas de Ciências Sociais*. Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 556-565, 2012.

Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

ROCHA, A. C. História e Cultura Afro-brasileira Subsídios para a Prática Docente. *Revista Latino Americana de História*. Formação de professores de História. Ed. Especial. São Leopoldo: UNISINOS, v. 2, n. 6, p. 171-192, ago. 2013.

SANTOS, E. P. *Formação de Professores e Religiões de Matrizes Africanas: Um diálogo necessário*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

SILVA, G. C. A História da África e da Cultura Afro-brasileira: os saberes e fazeres dos professores. In: ZAMBONI, E.; GALZERONI, M.C.; PACIEVITCH, C. (Org.). *Memória, Sensibilidades e Saberes*. Campinas: Alínea, 2015, cap. 13.

SILVA, M. J. L. As Artes e a Diversidade Étnico-Cultural na Escola Básica. In: MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, 2008, p. 125-142.

SOUSA, R. *Governo de Luiz Inácio Lula da Silva*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/governo-luis-inacio-lula-da-silva.htm>>. Acesso em: 20/11/2013.

SOUSA, R. *Revolução Farroupilha*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/revolucao-farroupilha.htm>>. Acesso em: 22/11/2013.

SPENCER, L. Um olhar sobre o presente resgatando o passado: Colégio Estadual Professora Edna May Cardoso. In: *JORNADA ACADÊMICA INTEGRADA*, 25., 2010, Santa Maria. 2010. Anais eletrônicos. Santa Maria, 2010, UFSM. Disponível em: <portal.ufsm.br/jai2010/anais/trabalhos/trabalho_1041268817.htm> . Acesso em: 26/11/2013.

THEODORO, H. Buscando caminhos nas tradições. In: MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, 2008, p. 83-100.

VIEIRA, E. VALQUIND, L. *Oficinas de Ensino: O quê? Por quê? Como?* 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

RECEBIDO EM: 29/07/2015
APROVADO EM: 15/10/2015